



“Educação Ambiental e Cidadania. Contributo para uma reflexão consciente”*

Lisboa, 30 Julho, 2011

Carla Leão (carla.leao@fcsb.unl.pt) CEPESE / FCSH-UNL

André Marques FCSH-UNL

Filipe Fontes FCSH-UNL

Gustavo Boto FCSH-UNL

Ricardo Ribeiro FCSH-UNL

Tânia Frade FCSH-UNL

Sumário

O estudo que se apresenta incide sobre a importância da educação ambiental e de valores caracterizadores da cidadania. As más práticas da população interferem de forma negativa no ambiente. Por essa razão a educação ambiental é urgente e ao mesmo tempo traduz-se numa esperança para a recuperação da natureza.

Começamos a viver consequências deste dia-a-dia despreocupado dos seres humanos para com o ambiente. É necessário mudar de atitude. O objetivo do nosso trabalho é alertar as pessoas para a questão inadiável de apostar na educação ambiental como contributo para salvar o nosso lar comum. Para sermos cidadãos responsáveis temos de assumir um papel ativo, dispondo-nos a apoiar as estruturas importantes do planeta: parques ecológicos, riquezas naturais, espécies em vias de extinção, entre outras.

Em termos metodológicos optámos por utilizar documentos de teor histórico e político-institucional, reportando ainda iniciativas de âmbito nacional que promoveram a educação ambiental. Iniciamos a narrativa com a explanação e evolução do conceito

* O artigo que apresentamos é um texto síntese resultante de um trabalho escrito, elaborado no âmbito da disciplina de Ecologia Humana da Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, defendido em maio de 2010. Foi produzido pelos alunos André Marques, Filipe Fontes, Gustavo Boto, Ricardo Ribeiro, Tânia Frade, sob orientação de Mestre Carla Leão (docente da disciplina)



educação ambiental e cidadania, após o que nos centramos em Portugal: a evolução da educação ambiental; a estratégia nacional que julgamos ser necessária; a evolução conceptual da educação ambiental; algumas das ações desenvolvidas nas escolas.

Como conclusão fundamental temos que a educação ambiental e a cidadania são duas variáveis indispensáveis para um planeta sustentável, porquanto saudável.

Palavras-Chave: Educação ambiental; Cidadania; Sustentabilidade; Políticas públicas; Portugal

Abstract

This study emphasizes the importance of environmental education and values that characterize citizenship. Population deprived practices are negatively affecting environment. Due to that an environmental education is urgent and, at the same time, means hope towards nature's recovery.

We're starting to live the consequences of this human beings' day-to-day careless to the environment. So, a change of attitude is indispensable. The purpose of our work is to alert people to the urgency of bet on universal environmental education as a contribution to save our common home. To be responsible citizens we have to assume an active role, disposing ourselves to support planet's important structures: parks, natural resources, endangered species, among others.

About the methodology, we've opted by the use of historical and political-institutional documents, reporting additional national initiatives that have promoted environmental education. We started the narrative with the explanation and evolution of environmental education and citizenship concepts, after what we focus in Portugal: the evolution of environmental education; the national strategy that we judge to be necessary; the conceptual evolution of environmental education; some of the activities at schools. As fundamental conclusion, we realized that environmental education and citizenship are two necessary variables towards a sustainable, since healthy, planet.

Key words: Environmental education; Citizenship; Sustainability; Public policies; Portugal



“A aparição do homem e a mudança do seu papel, que passou de um componente menor dos sistemas naturais, tornando-se o elemento predominante e às vezes exclusivo das modernas culturas industriais, fê-lo acreditar na mudança da sua base ecológica. O progresso foi tão rápido no século XX que são muitos os que pensam que tudo é possível”.¹

A atualidade tem sido pautada pela constante constatação da deterioração do ambiente. Neste contexto são de extrema relevância os estudos que se relacionam ora com a educação ambiental, ora com a cada vez mais presente e premente necessidade de fazermos algo para melhorar e preservar o ambiente.

A citação acima alerta-nos para o facto de que a cidadania só pode ser plena, porque esclarecida, e capaz, conquanto responsável, desde que assente em valores que exigem responsabilidade e respeito pelo planeta por parte de todos os cidadãos. Com as alterações climáticas e com a crescente extinção de animais, em parte devido a questões exógenas provocadas pelo Homem, impõe-se a necessidade de uma atuação mais cuidada e responsável da parte dos seres humanos. Nós, tantas vezes inconscientes, aumentamos significativamente a nossa pegada ecológica – e isso revela-se catastrófico com o passar do tempo. Ora, este nosso estudo é tão mais relevante quanto pretendemos demonstrar a importância de ações mobilizadoras desenvolvidas a nível não apenas – embora sobretudo – nacional, tendo em vista uma consciência mais generalizada do impacto que podem as nossas ações menos verdes ter.

A nossa pergunta de partida implícita é: em que medida contribui a componente “educação ambiental” para uma cidadania mais completa e responsável?

O objetivo principal do trabalho é transmitir a mensagem de que a educação ambiental tem de ser mais e mais cultivada nas escolas, nas

¹EVANGELISTA, João, 1999, *Educação Ambiental: uma via de leitura e compreensão*, 1.ª ed., Coleção Cadernos de Educação Ambiental, n.º3, Instituto de Inovação Educacional, Lisboa. Página 8



empresas, nas ruas, para que as pessoas no seu dia-a-dia possam praticar ações que tenham um menor impacto negativo no ambiente, porquanto acautelado por maior esclarecimento.

É um estudo descritivo do tipo qualitativo, recorreremos a análise documental via leituras de textos disponíveis na internet, e a livros e jornais. Iniciamos a narrativa com um primeiro ponto, em que explicamos o significado de educação ambiental e o diferenciamos do de sensibilização ambiental; achamos indispensável a correta compreensão destes conceitos, para um melhor entendimento. No segundo ponto referimos os acontecimentos mais importantes da educação ambiental entre os homens ao longo da história, a nível mundial. No terceiro ponto referimos os eventos mais marcantes no âmbito da educação ambiental em Portugal. No quarto ponto debruçamo-nos sobre a Estratégia Nacional de Educação Ambiental, pretendo plano político a fim de educar e instruir a população para os problemas relacionados. No quinto ponto explanamos a evolução da noção conceptual de Educação Ambiental em Portugal, desde a sua introdução até ao presente. No sexto e último ponto olhamos para a evolução do sistema educativo nas escolas, através de leis implementadas que possibilitam às entidades escolares consciencializar e educar as crianças e os adolescentes para as questões ambientais. Sendo estes jovens os protagonistas das futuras gerações mais imediatas, importa educá-los ambientalmente, e é por esse motivo que também mencionamos alguns projetos escolares de alcance nacional e internacional que achamos relevantes. Na conclusão refletimos sobre a importância da educação ambiental, fruto da nossa própria consciencialização. Por fim, anexamente apresentamos quatro notícias que consideramos relevantes no âmbito da educação ambiental, e as quais fazemos acompanhar de análise crítica.

Como conclusão geral adiantamos que sempre que se verifica e advoga uma aposta na educação ambiental, está-se na presença, mais que de um pensamento positivo, de uma atitude correta. E assim é porque ela espelha, inegavelmente, uma cidadania responsável; sobretudo na medida em que vai de encontro a problemas ambientais de sempre, e em particular aos mais recentes – que necessariamente, diga-se, têm obrigado o Homem a olhar para o planeta de forma diferente. Mais que necessária, a educação ambiental como



parte indissociável de uma cidadania completa é, para nós, axial para que possamos rumar a um planeta mais seguro, sustentado, e mais saudável porquanto mais verde.

1. Educação Ambiental e Sensibilização Ambiental

A Educação Ambiental é um conceito que leva a diversas interpretações. Algumas pessoas entendem-na como o ensino das temáticas ambientais, que se lecionam nas escolas, tais como a biologia, as ciências da natureza, entre outras.²

Porém a educação ambiental incorpora no seu conceito duas palavras, cada com o seu significado próprio: Educação e Ambiente. Importa então decifrar cada uma. A educação, do latim *educatio*, é o ato ou efeito de educar; aperfeiçoamento das faculdades humanas; polidez; cortesia; instrução; ensino.³ René Hubert⁴ define educação como sendo o “conjunto das ações e das influências exercidas voluntariamente por um ser humano num outro, em princípio de um adulto num jovem e orientada para um fim que consiste na formação, no jovem, de toda a espécie de disposições que correspondem aos fins a que é destinado quando atinge a maturidade”⁵. Refere ainda que educar é um ato de amor, elevando-se o nível de uma consciência em formação.

Por sua vez, o Ambiente, do latim *ambiens*, rodeia os corpos por todos os lados; a esfera social em que se vive; o ar que se respira; tudo aquilo que envolve os seres vivos e as coisas.⁶

Assim chegamos a um conceito, que nos parece ser o mais correto:

“Educação Ambiental é Educar sobre o Ambiente, no Ambiente e pelo Ambiente”⁷

Neste conceito está presente não só a temática (o ambiente) como também o local (no ambiente, que pode ser a nossa cidade ou apenas a área da nossa escola) e, por fim, os objetivos (melhorar o ambiente).

²ALVES, Louro Fernandes, CAEIRO, Sandra, 2001, *Educação Ambiental*, Universidade Aberta. Lisboa. Página 81

³ *Dicionário Completo da Língua Portuguesa*, Tomo I, página 556.

⁴ Pedagogo francês

⁵ALVES, Louro Fernandes, CAEIRO, Sandra, 2001, *Educação Ambiental*, Universidade Aberta. Lisboa. Página 79

⁶ *Dicionário Completo da Língua Portuguesa*, Tomo I, página 86.

⁷ALVES, Louro Fernandes, CAEIRO, Sandra, 2001, *Educação Ambiental*, Universidade Aberta. Lisboa. Página 83



Outro ponto que também é alvo de incorretas interpretações é a diferença entre educação e sensibilização ambiental. O ato de sensibilizar, definido como “tornar sensível; comovente; abrandar o coração a; causar abalo a”⁸ visa sobretudo alertar as populações para os problemas em causa. Porém sensibilizar não é educar. Principalmente as Organizações Governamentais fazem campanhas e ações de esclarecimento da opinião pública, através da publicidade, ilustrando problemas ambientais. Todavia, com o excesso de publicidade as pessoas ficam saturadas, minimizando a importância que atribuem ao conteúdo transmitido pelos anúncios. Toda esta situação leva então a que não resultem mudanças de atitudes, e a maior parte dos cidadãos acabam por se caracterizar como simples espectadores. No conceito de educação ambiental está não só presente a consciencialização da população para com o seu meio envolvente, como se inclui também a capacidade de agir, individual ou coletivamente, na resolução de problemas ambientais.⁹ Assim, este decurso de enternecimento pode apenas denominar-se como sensibilização ambiental e não educação ambiental.¹⁰

A educação ambiental envolve cultura, educação, ensino e conhecimentos. Estes ingredientes que nos levam a ser cidadãos mais responsáveis pela saúde do planeta e, conseqüentemente, pela nossa e pelas futuras gerações não podem simplesmente ser transmitidos por anúncios publicitários, mas sim por projetos, por atividades e por mobilizações que envolvam tanto as escolas como as empresas, tendo assim um alcance nacional.

Uma iniciativa com este alcance a nível nacional, bastante recente, intitula-se “Projeto Limpar Portugal”¹¹ (logótipo conforme fig. 1) contou com o apoio da Autoridade Nacional de Proteção Civil, do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e com “o Alto Patrocínio de Sua Ex.^a o

Figura 1



⁸ Dicionário Completo da Língua Portuguesa, Tomo II, página 1346

⁹ COSTA, Silva Francisco, GONÇALVES, Bento António, *Educação ambiental e cidadania: Os desafios da escola de hoje*, Atas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Ação. *Atelier: Ambiente*. Disponível em: http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR460e79568d9b7_1.pdf (consultado em 28/03/2010)

¹⁰ ALVES, Louro Fernandes, CAEIRO, Sandra, 2001, *Educação Ambiental*, Universidade Aberta. Lisboa. Página 84

¹¹ Cf. www.limparportugal.org (consultado em 18/04/2010)



Presidente da República”, entre outros. O principal objetivo deste projeto era limpar as lixeiras ilegais existentes no espaço florestal de Portugal no dia 20 de março deste ano. Concretizou-se efetivamente um movimento cívico que incluía apenas voluntariado, mas que conseguiu reunir milhares de portugueses.

2. Educação Ambiental do Homem ao longo da História

Nesta fase da apresentação torna-se relevante perceber como a Educação Ambiental esteve ou não presente no Homem ao longo da História, pelo que, para tal, tentámos dividi-la em momentos que consideramos chave, percebendo em cada um a relação do Homem com a Natureza. Contudo, tal não deve ser entendido como um estabelecimento de datas de transição: as mudanças são progressivas, razão que impossibilita este estabelecimento. Cientes disso, procurámos que os momentos escolhidos representassem um certo estabilizar de paradigma, necessariamente diferente do anterior.

Começamos então pela Pré-História¹². O Homem é nómada e tem impactos reduzidos no ecossistema, que por sua vez são absorvidos pela homeostasia¹³ do mesmo. Assim, os ecossistemas encontram-se em situações próximas da sua máxima evolução para-climática, e a Natureza reage com indiferença à presença humana¹⁴.

O evoluir do tempo trouxe enormes transformações, e a Idade Média representa um bom período para analisar as mudanças na relação do Homem com a Natureza. Este, devido aos elevados conhecimentos que tem da mesma, torna-se um verdadeiro gestor do espaço, fundamentando a sua estratégia nos saberes que possui sobre os processos naturais¹⁵. A relação do Homem com a Natureza é, assim, marcada por um certa cautela na exploração da mesma,

¹² Período da História que antecede a invenção da escrita.

¹³ *É a propriedade de um sistema aberto, seres vivos especialmente, de regular o seu ambiente interno para manter uma condição estável, mediante múltiplos ajustes de equilíbrio dinâmico controlados por mecanismos de regulação inter-relacionados.*

¹⁴ De acordo com Louro Alves e Sandra Caeiro – opinião expressa na obra *Educação Ambiental* –, pode mesmo afirmar-se que a Natureza ganhou com a presença humana neste período.

¹⁵ Na obra *Educação Ambiental*, de Louro Alves e Sandra Caeiro, já referida, é-nos dado um bom exemplo do uso desses saberes: como o Homem domina a técnica do fogo, abre clareiras e nelas planta e semeia, substituindo-se à Natureza.



pois tem consciência que dela depende. Se por um lado isto aponta para um certo benefício para a Natureza, fruto desta relação, por outro lado tem a ação humana alguns impactos negativos, tais como o crescimento de agregados urbanos sem infraestruturas de saneamento ou a diminuição da estratificação da floresta, consequência da supressão dos matos.

A Revolução Industrial¹⁶ marca o agravar das consequências negativas da ação humana, marcando ainda um período histórico em que se perde o respeito pela Natureza e, conseqüentemente, a Educação Ambiental. O Homem inicia um processo em que é auxiliado por máquinas no seu trabalho, perdendo a noção de dependência da Natureza, pois os recursos de que necessita (isto é, os necessários para pôr em funcionamento as máquinas) são fáceis de obter. Tal resulta na assunção por parte da espécie humana do direito de explorar a Natureza. As consequências são negativas para a Natureza, pois, por exemplo, surge a colheita desmedida dos recursos naturais e a poluição.

Mais recentemente assiste-se ao despertar da consciência humana – é de extrema dificuldade precisar uma data ou acontecimento que marque esta fase, já que resulta de um processo contínuo e demorado¹⁷. Este despertar deve-se então a vir o Homem observando certos factos que o levam a recear pelo futuro, tais como a extinção de algumas espécies animais ou a noção do esgotamento de alguns recursos. O que provocou algumas mudanças: no estudo da Natureza substitui-se uma metodologia de síntese por outra, analítica, e são escritas muitas obras alertando para as consequências da ação abusiva exercida pelo Homem sobre aquela. O resultado foi a maior atenção do cidadão comum às questões ambientais e um maior investimento na Educação Ambiental, devido à crença de que os problemas ambientais só poderão ser resolvidos com uma mudança de comportamentos pela pedagogia. Relativamente às décadas mais recentes, seguiremos a análise feita na obra *Educação Ambiental*, de Louro Alves e Sandra Caeiro. De forma a resumir o apresentado pelos autores, denominaremos cada década – denominações

¹⁶ Alguns autores acreditavam que a sociedade que tal acontecimento criaria seria perfeita, pois seria uma sociedade de descanso, em que as máquinas trabalhariam pelo Homem. Como é facilmente perceptível, esta perspetiva não é a defendida no presente estudo.

¹⁷ Por exemplo, a esta fase pertencem tanto o uso pioneiro do conceito de Ecologia – pelo cientista alemão Ernst Haeckel, em 1869 – como o lançamento do Programa Internacional da Educação Ambiental da UNEP/UNESCO.



essas¹⁸ retiradas da obra supracitada, posto julgarmos que resumem de forma correta o espírito dos acontecimentos mais importantes nos anos em questão – , dando depois exemplo de uma data e acontecimento que achamos relevante.

Os autores começam a sua análise nos anos 60, que denominam por “Estudos da Natureza”, pois, por exemplo, foi nesta década – mais especificamente em 1961 – que foi criado o WWF (Fundo Mundial para a Natureza). “Estudos para a Conservação” remete para os anos 70, tendo sido o exato ano de 1970 designado pelo Conselho da Europa como o Ano da Conservação da Natureza. Na década de 80 – “Estudos para o Desenvolvimento” –, importa focar a aprovação por parte da Assembleia-Geral das Nações Unidas, em 1982, de uma simbólica Carta Mundial da Natureza, na qual a espécie humana é apontada como parte nela, procurando consciencializar-se os cidadãos de que o Homem é dependente da Natureza, não podendo explorá-la como bem entender. A década de 90, identificada pela ênfase dada à “Educação para um Futuro Sustentável”, fica marcada por inúmeros acontecimentos importantes. Na nossa opinião é de extrema importância o uso do conceito de Desenvolvimento Sustentável¹⁹ no Tratado de Maastricht (1992), pois revela a preocupação de um centro decisório importante – desde essa data intitulado União Europeia – com as questões ambientais.

3. Educação Ambiental em Portugal

Ainda durante o Estado Novo, em 1948, é criada a primeira associação de defesa do ambiente, a Liga para a Proteção da Natureza (LPN); mais tarde, em 1969, surge uma estrutura governativa ligada a esta temática, a Comissão Nacional do Ambiente, num pedido feito pelas Nações Unidas a Portugal. A proteção ambiental de áreas com interesse ecológico era à época feita de

¹⁸ É possível encontrá-las na página 65 da obra em questão.

¹⁹ De acordo com o Relatório Brundtland, publicado em 1987, (Disponível em: http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/42/427), o Desenvolvimento Sustentável é “o desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades; significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e económico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais”.



forma descentralizada, i.e., pelas estruturas regionais dos Serviços Florestais. Segundo Cristina Carapeto, "(...) ao contrário de uma perspetiva de educação ambiental, esses gestores locais assumem que, para a proteção dos espaços ao seu cuidado, é necessário envolvê-los numa certa redoma, da qual só devem ter conhecimento alguns especialistas."²⁰ A educação encontrava-se então numa fase muito embrionária, especializada, e não tanto virada para a sociedade. Francisco Teixeira observa que estes primeiros anos de manifestação da consciência ambiental em Portugal se desenvolveram tendo por base uma abordagem conservacionista de preservação dos *habitats* naturais da ação humana; e que só mais tarde se assistiu à evolução para uma perspetiva mais alargada da ecologia e do ambiente «em que os âmbitos social, político e humano cativaram maior relevância.»²¹

As áreas protegidas eram ainda em número reduzido, tendo sido em 1971 criado o primeiro e único parque nacional até à data, o da Peneda-Gerês. Com a mudança de regime em abril de 1974 dá-se um aumento da quantidade de legislação, que veio criar uma série de novas áreas protegidas debaixo da alçada de novos organismos governamentais recém-criados, como a Secretaria de Estado do Ambiente e o Ministério da Qualidade de Vida. No final dos anos 70, a Comissão Nacional do Ambiente é chamada a participar no processo de implementação da educação ambiental no ensino, nomeadamente a introdução de temas ambientais nos programas escolares. A publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo abriu novas perspetivas neste campo, possibilitando a implementação da educação ecológica e da educação para a saúde entre outros temas.

Ainda no âmbito educativo, iniciam-se nos anos 80 uma série de cursos de formação, os quais resultam num aumento do número de projetos de educação ambiental. Este conceito era na altura designado como Educação Ambiental para o Desenvolvimento – um movimento que, no texto *Educação*

²⁰ In: ALVES, Louro Fernandes, CAEIRO, Sandra, 2001, *Educação Ambiental*, Universidade Aberta. Lisboa. Página 85.

²¹ TEIXEIRA, Francisco, 2003, *Educação Ambiental em Portugal, Etapas, Protagonistas e Referências Básicas*, Liga para a Proteção da Natureza, Lisboa. Página 21



Ambiental para o Desenvolvimento, Helena Cavaco²² afirma ter tido início nas escolas secundárias, que com as autarquias estabeleciam acordos de colaboração.

A partir dos anos 80 começam a surgir algumas associações de defesa do ambiente, como a Quercus (Associação Nacional de Conservação da Natureza), a Associação Portuguesa de Ecologistas (APE) e Amigos da Terra, e ainda o grupo de reflexão GEOTA (Grupo de Estudos do Ordenamento do Território e Ambiente). Em 1990 é criada a primeira ONG especificamente destinada ao desenvolvimento da educação ambiental – a Associação Portuguesa de Educação Ambiental (ASPEA). O papel destas ONG é reconhecido como de extrema utilidade no apoio às ações de educação ambiental.²³

Em 1987, com a publicação das Lei de Bases do Ambiente e Lei das Associações de Defesa do Ambiente, foi criado o Instituto Nacional do Ambiente (INAMB), que promoveu o desenvolvimento de projetos de educação ambiental nas escolas e em organizações, a realização de ações de formação e a publicação de um boletim informativo.

Nos anos 90 organizam-se uma série de encontros sobre educação ambiental; em 1990 realiza-se o I Encontro Nacional de Educação Ambiental, e em 1992 o país é palco da VI Conferência Internacional de Educação Ambiental da *Caretakers of the Environment International*, na qual terão participado mais de 350 delegados, professores e alunos de escolas secundárias de todo o mundo. Em 1995 foi pela primeira vez elaborado um Plano Nacional de Política de Ambiente, integrando um capítulo relativo à educação ambiental (Ramos Pinto, 2006).

4. Estratégia Nacional de educação ambiental

Não é ainda uma realidade factual a Estratégia Nacional de Educação Ambiental (ENEA), que poderíamos objetivamente definir como o plano mestre

²²Cavaco, Helena, 1993, *Testemunhos*, Conselho Nacional de Educação, Atas do Colóquio sobre Educação Ambiental. Disponível em: <http://www.cnedu.pt/files/pub/EducacaoAmbiental/7-Testemunhos.pdf> (consultado em março 2010)

²³ALVES, Louro Fernandes, CAEIRO, Sandra, 2001, *Educação Ambiental*, Universidade Aberta. Lisboa. Página 87



dos decisores políticos portugueses destinado a educar sensibilizadamente a comunidade para as questões ambientais. Contudo, ela parece existir de forma mais ou menos articulada, e circunstancialmente manifesta; trata-se de algo assaz constatável, olhe-se ora para a história recente, promissora pelo seu percurso tão sustentado, ora para o inquietante presente, desmotivador porquanto espelha o adiar da efetivação de um compromisso há tanto assumido. Vejamos então que trilho tem percorrido Portugal nessa direção.

Portugal vê criar-se em 1971 a Comissão Nacional do Ambiente (CNA)²⁴, pela portaria nº 316/71²⁵, o que interpretamos como a primeira das algo espaçadas provas dadas pelos decisores políticos desde então (excetuando-se a década de 90, como veremos) de que é necessário da parte de todos nós ter presente que há necessidade de se procurar controlar, tanto quanto possível e de maneira contínua e proactiva, o impacto da ação humana no território nacional da una e imensa biosfera. Com efeito, cabia à CNA, a qual respondia perante o Presidente do Conselho de Ministros, o papel de informar e sensibilizar os cidadãos para questões de foro ambiental; além de que os principais projetos arquitetónicos passaram a ter de ser avaliados pela dita comissão, a par da tradicional avaliação conduzida pelo Ministério das Obras Públicas. Surgiam portanto as primeiras políticas de cariz deliberada e estrategicamente ambiental.

Com a revolução de 25 de abril de 1974, pelo Decreto-lei 550/75 de 30 de setembro²⁶ vê-se a CNA complementada pela criação da Secretaria de Estado do Ambiente, parte da estrutura do Ministério do Equipamento Social e Ambiente.

Outro marco importante foi a criação, em 1987, do Instituto Nacional do Ambiente (INAmb), pela Lei de Bases do Ambiente ²⁷, o que ocorre numa

²⁴ Podemos considerar este órgão político do regime estado-novista um antecessor do Ministério do Ambiente.

²⁵ DR, Portaria nº 316/71 de 19 de junho, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica. Disponível em: <http://dre.pt/pdf1sdip/1971/06/14300/09180919.pdf> (consultado em fevereiro 2010)

²⁶ DR, Decreto-Lei nº 550/75 de 30 de setembro, Ministério do Equipamento Social e do Ambiente. Secretaria de Estado do Ambiente. Disponível em: <http://dre.pt/pdf1sdip/1975/09/22600/15071516.pdf> (consultado em fevereiro 2010)

²⁷ DR, Lei n.º 11/87, D.R. n.º 81, Série I de 7 de abril, Assembleia da República. Disponível em: <http://dre.pt/pdf1sdip/1987/04/08100/13861397.pdf> (consultado em fevereiro de 2010)



conjuntura reformista²⁸ iniciada um ano antes, quando Portugal ingressara na então Comunidade Económica Europeia²⁹. As suas funções são mais complexas e específicas que as da antiga CNA, que havia sido extinta em 1983.

Já na década seguinte assistiríamos aos desenvolvimentos político-institucionais por detrás da ideia de criação da ENEA: logo em 1990 surge o Ministério do Ambiente e Recursos Naturais, bem como a Associação Portuguesa de Educação Ambiental³⁰ (ASPEA); em 1992 realizam-se as primeiras jornadas de EA para Associações de Defesa do Ambiente – concertação da qual resultou o documento “contributos das Associações de Defesa do Ambiente para uma ENEA”. Em 1993 o INAmb é reestruturado, passando a designar-se Instituto de Promoção Ambiental³¹ (IPAmb): para além das obrigações anteriores passa a caber-lhe apoiar manifestamente as associações de defesa do ambiente, o que fazia dando bom uso a parte dos fundos comunitários (que nos chegavam em abundância então) especialmente para esse fim. Em 1995 é publicado o primeiro Plano Nacional de Política do Ambiente, que prevê articuladas entre si políticas de ambiente, educação e formação; porém, visando a partilha de responsabilidades e finalidades, não resulta de forma eficaz, revelando-se insuficientes os seus bem definidos princípios. Em 9 de julho de 1996 é assinado um Protocolo de Cooperação entre Ministério da Educação e o Ministério do Ambiente e, sempre fazendo uso de fundos comunitários, multiplicam-se as iniciativas de educação ambiental das escolas³². Em 1998, o presidente do IPAmb, José Manuel Alho, anuncia o início formal dos trabalhos de elaboração de um projeto de ENEA e, no ano seguinte, o professor e especialista ambiental Viriato Soromenho-Marques aponta seis princípios educativos que a deveriam orientar: para uma Cidadania Interveniente; para o Desenvolvimento Sustentável; tendo em conta

²⁸ Recorde-se que são desta altura as Lei das Associações de Defesa do Ambiente (Lei 10/87, de 4 de abril) e Lei de Bases do Ambiente (Lei 11/87, de 4 de abril), que já tínhamos referido anteriormente.

²⁹ Conhece evolução institucional para “União Europeia”, designação que ainda mantém, pelo Tratado de Maastricht, o qual vigora desde 1 de novembro de 1993.

³⁰ Tem realizado Jornadas Pedagógicas de Educação Ambiental anualmente, de âmbito nacional.

³¹ Veio conhecer nova reforma em 2001 – Decreto-lei 8/2002, de 9 de janeiro –, passando a designar-se Instituto do Ambiente; reúne as competências do IPAmb e da Direcção-Geral do Ambiente.

³² São dois exemplos clássicos a multiplicação dos clubes do ambiente e o sucesso nacional do programa Eco Escolas; voltaremos a esta matéria com mais atenção.



a Experiência Internacional; para Estimular e Apoiar outras Iniciativas e Atores Educativos; para Promover uma Sociedade Civil e uma Administração Pública mais qualificadas e aptas a enfrentar os Desafios do Futuro^{33 34 35}.

Apesar do percurso, Portugal vive ainda sem uma ENEA. A responsabilidade por tal deve imputar-se essencialmente, acreditamos, aos decisores políticos: os anos 2000 têm sido pautados por sucessivas reformas político-institucionais com repercussões negativas aos níveis administrativo e burocrático – o que resulta em instabilidade governativa e, sequentemente, em descontentamento social. E, porventura como forma de protesto, em maior inação por parte da sociedade civil, mas também das próprias associações ambientais. Resta perguntar quando teremos a tão desejada ENEA...

5. Reconceptualização da Educação Ambiental

Uma das características da globalização é necessariamente a consciencialização, o despertar de todos para os cuidados que cada deve ter, a fim de reduzir os seus sempre expectáveis impactos no meio. Prova-o, entre outros, o facto de vivermos presentemente no Decénio das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005 a 2014). Como facilmente se compreende, tão importante quanto iniciativas deste género, corporizadas em cimeiras políticas e conferências por todo o mundo, será sempre o que é feito em cada território particular, nacional; e é justamente por isso que, é nossa convicção, urge no caso português lograr uma ENEA. Além disso, a própria expressão “Educação Ambiental” traduz uma realidade em constante atualização – o que levanta obstáculos à concertação de esforços

³³ RAMOS PINTO, J., 2006, *De uma política pública de Ambiente e Educação Ambiental em Portugal a uma Estratégia Nacional de Educação Ambiental: sucessos e fracassos*. Em: *Ambientalmente Sustentável – Revista Científica Galego-Lusófona de Educação Ambiental*. Corunha. Volume 1 – números 1 e 2: 75-101. Disponível em: http://material.nerea-investiga.org/publicacoes/user_7/FICH_PT_48.pdf (consultado em março 2010)

³⁴ RAMOS-PINTO, J., 2004, *Educação Ambiental em Portugal: Raízes, influências, protagonistas e principais ações*, Em: *Educação, Sociedade & Culturas*. Porto. 21: 151-165. Disponível em: http://material.nerea-investiga.org/publicacoes/user_7/FICH_PT_6.pdf (consultado em março 2010)

³⁵ Agência Portuguesa do Ambiente, *Conceito e História*, Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. Disponível em: http://www.iambiente.pt/portal/page?_pageid=73,408080&_dad=portal&_schema=PORTAL&act_ualmenu=10141051&docs=10138314&cboui=10138314&menu_childmenu=10141004 (consultado em março 2010)



nos dois planos referidos. Como veremos em seguida, considerar e aperfeiçoar a EA tem sido, é e sempre será, mais que um sinal de progresso civilizacional, uma questão de sustentabilidade e de justiça social.

O conceito surge em Portugal em 1948. Na década de 1960 verifica-se um enquadramento mais forte, mais expressivo na sociedade portuguesa em geral, e nos foros escolar e político em particular. Entretanto, a expressão que duas décadas antes parecia reduzir-se à Natureza em geral, pois educar ambientalmente resumia-se a formar e informar sobre o meio, suas espécies e suas dinâmicas, não tardou a conhecer um evoluir para que se revestisse cumulativamente de uma consciência interventiva que, uma vez criada nos educandos, lhes subjazeria. E assim se passou de uma educação meramente informativa ao incutir de uma atitude ativa e proactiva – já que conhecer o meio, se por um lado instigava a vontade de o controlar, por outro vinha alertar para a necessidade de o proteger. E por isso vimos na referida década a proliferação de trabalhos de campo justamente com o propósito de estudar a natureza.

Nos anos 70 continuaria a verificar-se a aposta pela educação ao ar livre, surgindo ora os primeiros Centros de Interpretação³⁶, ora as primeiras experiências lúdicas de formação sobre a biodiversidade; é ainda enfatizada a educação para a conservação, surgindo também os primeiros estudos acerca do urbanismo, i.e., o ambiente humanizado quer pela sua forma, quer nas suas dinâmicas.

Nos anos 80 o nosso país assiste a uma clara mudança de paradigma a respeito da EA, o que fica de certo modo simbolizado pela Lei de Bases do Sistema Educativo: publicada em 1986, veio consagrar implicitamente a Educação Ambiental enquanto um dos objetivos de aprendizagem dos alunos em todos os níveis de ensino. Começa a cultivar-se o interesse pela educação para o global – o que se deve sobretudo aos processos, primeiro de adesão e depois de integração de Portugal na então CEE. E a atestar ainda tal mudança tivemos a prestação portuguesa em 1987, Ano Europeu do Ambiente, expressa pelo aumento de interesse pelas questões ambientais por parte dos decisores políticos e da comunidade educativa em especial, e mesmo da sociedade civil

³⁶ Os chamados Centros de Educação Ambiental (de Campo) eram espaços onde se desenvolviam atividades práticas e de investigação, tendo como objetivo o aumento da consciencialização dos investigadores e educandos.



em geral. Por último, esta década ficou também marcada pelo despertar para a importância de uma educação para o desenvolvimento, essa assente na partilha da experiência de cada um sobre a sua perceção e interação com o meio, de modo a alcançar e/ou, quiçá, evidenciar uma espécie de matriz axiológica comum que pudesse melhorar a dita interação.

Ao longo da década de 1990 a EA parece ficar mais próxima de uma estabilização ou convenção paradigmática: para além de educar informando e consciencializando sobre o meio, a tónica passa então a ser posta também na habilitação dos educandos ambientais – ao fim e ao cabo todos os cidadãos, leia-se – para transformarem o meio de uma forma que, mais que meramente esclarecida e cuidada, se quer ética e sustentadamente responsável. Assim, importa conhecer os problemas socio-ambientais – não só para não os agravar mas para os combater e até, sempre que possível, evitar.

O objetivo, podemos considerar, tem sido ter presente a ação lesiva da espécie humana sobre a fragilidade do equilíbrio biótico nas suas dinâmicas: esse equilíbrio que interessa salvaguardar hoje como interessará amanhã, por forma a evitar que não fique comprometido. O que a não ser conseguido, aliás, significaria pôr em causa não apenas a qualidade do futuro dos nossos descendentes mas, desde logo e mais que isso, a existência desse mesmo futuro: tanto para eles como para a própria vida na Terra^{37 38 39}.

6. Os desafios das escolas de hoje no ensino da educação ambiental

A Educação Ambiental exige uma ação participativa por parte dos cidadãos. É isso que se pretende fomentar nas escolas, ao se promover

³⁷Agencia Portuguesa do Ambiente, *Conceito e História*, Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. Disponível em: http://www.iambiente.pt/portal/page?_pageid=73,408080&_dad=portal&_schema=PORTAL&_act_ualmenu=10141051&_docs=10138314&_cboui=10138314&_menu_childmenu=10141004 (consultado em março 2010)

³⁸RAMOS PINTO, J., 2006, *De uma política pública de Ambiente e Educação Ambiental em Portugal a uma Estratégia Nacional de Educação Ambiental: sucessos e fracassos*. Em: *Ambientalmente Sustentável – Revista Científica Galego-Lusófona de Educação Ambiental*. Corunha. Volume 1 – números 1 e 2: 75-101. Disponível em: http://material.nerea-investiga.org/publicacoes/user_7/FICH_PT_48.pdf (consultado em março 2010)

³⁹RAMOS-PINTO, J., 2004, *Educação Ambiental em Portugal: Raízes, influências, protagonistas e principais ações*, Em: *Educação, Sociedade & Culturas*. Porto. 21: 151-165. Disponível em: http://material.nerea-investiga.org/publicacoes/user_7/FICH_PT_6.pdf (consultado em março 2010)



projetos e atividades interativas. No fundo, para que os mais pequenos possam desde cedo ter consciência da sua quota-parte de responsabilidade perante o Ambiente, e assim adotar certo comportamento.

Ao fazerem a sua abordagem pedagógica da educação ambiental e traçarem estratégias a desenvolver, as escolas têm de ter em conta a idade das crianças, pois as questões ambientais têm de ser tratadas e comunicadas de acordo com a faixa etária particular deste grupo a que se direcionam.

A Lei de Bases do Sistema Educativo de 1986⁴⁰ contribuiu para uma nova fase da educação ambiental nas escolas. Tal espelham o artigo 1.º, que refere que “o sistema educativo desenvolve-se segundo um conjunto organizado de estruturas e acções diversificadas, por iniciativa e sob responsabilidade de diferentes instituições e entidades públicas, particulares e cooperativas”; o artigo 3.º, alínea b) que defende que o sistema educativo organiza-se de forma a “contribuir para a realização do educando, através do pleno desenvolvimento da personalidade, da formação do carácter e da cidadania, preparando-o para uma reflexão consciente sobre os valores espirituais, estéticos, morais e cívicos (...) e alínea c) assegurar a formação cívica e moral dos jovens”.⁴¹ A alínea g) do mesmo artigo refere a diversificação das “estruturas e acções educativas, de modo a proporcionar uma correcta adaptação às realidades, um elevado sentido de participação das populações, uma adequada inserção no meio comunitário e níveis de decisão eficientes”⁴². O artigo 5.º na alínea c) refere que o objetivo da educação pré-escolar é “favorecer a observação e a compreensão do meio natural e humano para melhor integração e participação da criança”⁴³.

Como vemos, esta lei invoca a escola como preparadora de cidadãos conscientes do meio em que se inserem, portadores de saber e com capacidade para intervirem a fim de alcançarem um nível superior de qualidade de vida. Outra ideia fundamental nesta lei é a importância que as áreas pessoal e social assumem para a educação ambiental. A educação incorpora valores como a igualdade, a solidariedade, assim como a cidadania engloba o respeito

⁴⁰ DR, Lei n.º 46/86. D.R. n.º 237, Série I de 1986-10-14, Assembleia da República. Disponível em: <http://dre.pt/pdf1sdip/1986/10/23700/30673081.pdf> (consultado em março 2010)

⁴¹ *Op. cit.*, página 3

⁴² *Op. cit.*, página 4

⁴³ *Op. cit.*, página 5



pelos outros – uma consciência cívica que leva a cidadãos responsáveis, dinâmicos e intervenientes. De facto, educar a cidadania constitui grande passo para a conquista de uma sociedade ativa e consciente da sua pegada ambiental.

Considerando a relevância da temática e a sua aplicabilidade efetiva, passamos a enumerar alguns projetos que consideramos importantes, desenvolvidos nas escolas nacionais.

Projetos nas escolas

1. O projeto “Mil Escolas”⁴⁴ (Logótipo apresentado na Figura 2) é promovido pela Águas do Douro e Paiva (AdDP) desde 2003 e faz parte do Programa Integrado de Educação Ambiental nas instituições de educação de ensino. Esta iniciativa destina-se a docentes e alunos do 1.º ciclo do ensino básico, e tem como temática a preservação da água e dos ecossistemas ribeirinhos. As escolas têm de apresentar uma proposta renovadora dentro da temática do projeto. O programa é bastante didático, uma vez que os participantes têm acesso a ateliês criativos, oficinas pedagógicas e jogos ambientais, assim como a ações de formação, atividades lúdico-pedagógicas, saídas de campo e palestras.

Figura 2



2. A divisão de Sensibilização e Educação Sanitária⁴⁵ apresentou para o ano-letivo de 2009/2010 um programa de educação ambiental destinado às crianças do Jardim de Infância e 1.º Ciclo de Ensino Básico que se intitula Programa “Lisboa Limpa tem Outra Pinta” (Fig. 3), e para o 2.º e 3.º Ciclos e Secundário o Programa “Escola a Escola Pró-Ambiente”, no concelho de Lisboa. Para as crianças que frequentam o Jardim de Infância existem ateliês e jogos como “Não Sujar já é Limpar”, onde está presente o problema do excesso de produção de resíduos e o jogo “Loto da Reciclagem” para crianças

⁴⁴Águas do Douro e Paiva, *Projeto Mil Escolas*. Disponível em: http://www.addp.pt/pt/dados.php?ref=proj_mil_escolas (consultado em 28/03/2010)

⁴⁵ Cf. *Novos projectos de educação ambiental na área dos resíduos e animais em meio urbano*, Departamento de Higiene Urbana e Resíduos Sólidos, novembro 2009 (consultado em 28-03-2010)



do 1.º ciclo, em que se ensina de forma didática a separação do lixo e são explicadas as vantagens da reciclagem. Para os alunos do 2.º e 3.º Ciclos e Secundário os jogos são a “Pegada da Redução” e o Projeto “TGR: Todos Gostam de Reciclar”. Estes programas “Lisboa Limpa tem Outra Pinta” e “Escola a Escola Pró-Ambiente” começaram na década de 90, com o objetivo de mudar atitudes a fim de preservar o ambiente, atendendo à problemática

Figura 3



dos resíduos e higiene urbana e tendo em conta a política dos 3R's –

Reduzir, Reutilizar e Reciclar. Neste ano-letivo os programas envolvem 213 escolas, 45 mil alunos e 7 mil professores e auxiliares.

3. A “Misteriosa Viagem à Lixolândia”⁴⁶ é um projeto que se destina aos alunos do 3.º e 4.º anos do 1º Ciclo do Ensino Básico no concelho de Alcobaça.

A Lixoteca Itinerante é uma unidade móvel de sensibilização que transporta as crianças, levando-as a participar em atividades guiadas pelas duas mascotes do projeto – Alegria e Eco Mosqueteiro – a fim de adquirirem informações para preservar o ambiente. Este projeto realizou-se entre 30 janeiro e 6 de março de 2006, no município da Maia e entre novembro de 2007 e janeiro de 2008, com 2.300 crianças de 55 escolas do 1.º Ciclo do concelho de Alcobaça. As várias atividades são de exploração sensorial e multimédia, tendo em conta a temática do lixo, assim como o civismo, a segurança e a saúde primária. Alexandra Pericão, coordenadora de Sensibilização e Educação Ambiental do grupo SUMA⁴⁷ refere que o projeto adquire “um importante papel na sensibilização e educação para a preservação do Meio Ambiente e pretende incentivar as crianças para uma postura de participação cívica”.

O Eco Escolas (Fig. 4) é um programa internacional que existe desde 1996 e incentiva a que as escolas organizem projetos no âmbito da educação ambiental, fornecendo materiais pedagógicos, formação e apoios. O Eco Escolas organiza vários concursos, formações e atividades, nas quais apenas

⁴⁶ Ministério da Educação, *Inscrições para o programa Eco-Escolas*, outubro 2008 (consultado em 28-03-2010)

⁴⁷ Serviços Urbanos e Meio Ambiente



as escolas inscritas no programa podem participar. Os concursos que achámos mais relevantes foram: a Brigada Verde, a Escola da Energia e o Eco código. O tema do concurso Brigada Verde é livre, pois cada escola, atendendo às suas necessidades, deve propor um projeto, por exemplo tendo em vista a recuperação de espaços. Os trabalhos para este ano foram entregues até 15 de março e os premiados serão financiados até 1000 euros. A escola básica do 2º e 3º ciclos de Vale de Milhaços, Seixal, propõe um projeto de sensibilização dos alunos para a criação de espaços verdes na escola, começando pelo espaço que rodeia o portão que se encontra em estado degradado. O Centro de Estudos Educativos de Ançã, em Cantanhede, também enviou o seu projeto, o qual assenta na necessidade de reciclar – refere portanto o ensino da política dos 3R's aos alunos, investindo numa mascote chamada “Greencat”, que os auxilia a fazerem a separação de resíduos e ainda propõe a construção de mini ecopontos para distribuir pela escola.

Figura 4



Outro concurso do Eco Escolas chama-se Escola da Energia. Tal como o nome indicia a temática é a energia, e visa alertar as pessoas para a necessidade de alterarem comportamentos devido ao excessivo consumo atual. Cada escola deve apresentar o seu consumo de energia recorrendo a gráficos.

Por fim, o programa Eco Escolas tem outro concurso, o Eco código. Os eco estudantes devem assumir um conjunto de comportamentos que levem à melhoria do ambiente na escola, em casa e na sua região. Assim, as escolas devem apresentar, através de um poster, uma declaração de objetivos dos Eco estudantes, afinal ações concretas a ser cumpridas por todos os membros da comunidade.

No passado ano-letivo os temas foram a água, os resíduos, a energia, as alterações climáticas e a biodiversidade. As escolas vencedoras ganharam computadores, máquinas fotográficas, material didático, visitas de estudo a parques biológicos e discos externos USB.



Conclusão

O ser humano começou por viver em perfeita sinergia com a Natureza. Porém, exercitando a sua racionalidade, foi-se emancipando com o passar do tempo dessa tão natural imposição que é, ao fim e ao cabo, a sujeição à própria Natureza. Construiu palhotas, provavelmente as primeiras de um quase infindável leque de construções pela sua mão: seguiram-se casas, templos, embarcações e aeronaves, etc. Começou por tão-só se servir dos seus próprios pés para se deslocar; entretantes inventou a roda, mais um sem-número de utensílios, e ainda pôde dominar os elementos. Começou por matar os animais por sobrevivência, para se alimentar; hoje, mata também para fazer casacos de peles, entre outras coisas mais.

Perguntemo-nos pois sobre quais as consequências de tão longo e interessante percurso de espécie. A verdade é que temos pensado mais em nós do que propriamente no meio; e é muito provavelmente devido a isso que, desde há algumas décadas, a natureza “anda” a impor-se, a manifestar-se, a “dar de si”. As alterações climáticas são, por ventura, o mais flagrante e palpável dos fenómenos provocados.

Mas importará dizer que neste princípio do século XXI nos temos apercebido e debruçado com extraordinário interesse sobre os efeitos destas mudanças. Ou não se impusesse tentar contornar a situação, combatê-la, travá-la, diminuí-la. É neste contexto que a educação ambiental assume o seu papel, enquanto parte de uma cidadania que se quer cada vez mais verde.

O estudo que apresentámos demonstrou as iniciativas que se têm desenvolvido, ainda que de uma forma exígua, para salvaguardar o ambiente. Nesse sentido, decerto se têm revelado imprescindíveis projetos como os desenvolvidos nas escolas, a reciclagem dos resíduos, a reutilização de materiais, o não desperdício de matérias-primas; e outras iniciativas mais para que Portugal possa ser um país mais verde – aspetos-chave para uma sociedade mais responsável para com o planeta.

Assim, embora valorizando os avanços e as iniciativas, merece-nos censura a ausência de uma ENEA salvaguardando a evolução em *continuum* do conceito “educação ambiental”.



Referências bibliográficas

ALVES, Louro Fernandes, CAEIRO, Sandra, 2001, *Educação Ambiental*, Universidade Aberta. Lisboa

Dicionário Completo Língua Portuguesa, Tomo I

EVANGELISTA, João (1999), *Educação Ambiental: uma via de leitura e compreensão*, 1.ª ed., Coleção Cadernos de Educação Ambiental, n.º3, Instituto de Inovação Educacional, Lisboa.

TEIXEIRA, Francisco, 2003, *Educação Ambiental em Portugal, Etapas, Protagonistas e Referências Básicas*, Liga para a Proteção da Natureza, Lisboa.

Águas do Douro e Paiva, *Projeto Mil Escolas*. Disponível em: http://www.addp.pt/pt/dados.php?ref=proj_mil_escolas (consultado em 28/03/2010)

CAVACO, Helena, 1993, *Testemunhos*, Conselho Nacional de Educação, Atas do Colóquio sobre Educação Ambiental. Disponível em: <http://www.cnedu.pt/files/pub/EducacaoAmbiental/7-Testemunhos.pdf> (consultado em março 2010)

Departamento de Higiene Urbana e Resíduos Sólidos, novembro 2009, *Novos projectos de educação ambiental na área dos resíduos e animais em meio urbano*. Disponível em: http://lisboalimpa.cmlisboa.pt/index.php?id=525&tx_ttnews%5Bpointer%5D=2&tx_ttnews%5Btt_news%5D=3722&tx_ttnews%5BbackPid%5D=516&cHash=22318c04cc (consultado em 28/03/2010)

COSTA, Silva Francisco, GONÇALVES, Bento António, *Educação ambiental e cidadania: Os desafios da escola de hoje*, Atas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Ação. *Atelier*. Ambiente. Disponível em: http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR460e79568d9b7_1.pdf (consultado em 28/03/2010)

DR, Portaria nº 316/71 de 19 de junho, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica. Disponível em: <http://dre.pt/pdf1sdip/1971/06/14300/09180919.pdf> (consultado em fevereiro 2010)



DR, Decreto-Lei nº 550/75 de 30 de setembro, Ministério do Equipamento Social e do Ambiente. Secretaria de Estado do Ambiente. Disponível em: <http://dre.pt/pdf1sdip/1975/09/22600/15071516.pdf> (consultado em fevereiro 2010)

DR, Lei n.º 11/87, D.R. n.º 81, Série I de 7 de abril, Assembleia da República. Disponível em: <http://dre.pt/pdf1sdip/1987/04/08100/13861397.pdf> (consultado em fevereiro de 2010)

DR, Lei n.º 46/86. D.R. n.º 237, Série I de 1986-10-14, Assembleia da República. Disponível em: <http://dre.pt/pdf1sdip/1986/10/23700/30673081.pdf> (consultado em março 2010)

LEAL, Rui Marcelino, *Educação e Formação Ambiental*, Fórum Ambiente no Grande Porto. Disponível na internet em: http://www.futurosustentavel.org/fotos/ambiente/Educacao_e_Formacao_Ambiental_Rui_Leal_a.pdf (consultado em 25/04/2010)

Ministério da Educação, 2008, *Inscrições para o programa Eco-Escolas*. Disponível em: <http://www.min-edu.pt/np3/2516.html> (consultado em 28/04/2010)

ONU, 1987, *O Nosso Futuro Comum*, Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. Disponível em: http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/42/427 (consultado em fevereiro 2010)

RAMOS-PINTO, J., 2004, *Educação Ambiental em Portugal: Raízes, influências, protagonistas e principais ações*, Em: *Educação, Sociedade & Culturas*. Porto. 21: 151-165. Disponível em: http://material.nerea-investiga.org/publicacoes/user_7/FICH_PT_6.pdf (consultado em março 2010)

RAMOS PINTO, J., 2006, *De uma política pública de Ambiente e Educação Ambiental em Portugal a uma Estratégia Nacional de Educação Ambiental: sucessos e fracassos*. Em: *Ambientalmente Sustentável – Revista Científica Galego-Lusófona de Educação Ambiental*. Corunha. Volume 1 – números 1 e 2: 75-101. Disponível em: http://material.nerea-investiga.org/publicacoes/user_7/FICH_PT_48.pdf (consultado em março 2010)



Anexos

Após a exposição do nosso estudo, apresentamos transcritas⁺ quatro notícias que consideramos relevantes no âmbito da educação ambiental, fazendo-as acompanhar de uma análise crítica da nossa autoria.

► **“A primeira escola já tem energia solar. Sintra "Rock in Rio" premeia alunos.”**

Jornal de Noticias, Cristiano Pereira, 26 de março de 2010. Disponível em: http://www.jn.pt/paginainicial/pais/concelho.aspx?Distrito=Lisboa&Concelho=Sintra&Option=Interior&content_id=1528489 (consultado em abril de 2010)

“A escola EB 2, 3 de Colares, em Sintra, foi a primeira de 20 escolas a receber painéis solares no âmbito do concurso "Rock in Rio Escola Solar". O secretário de Estado da Energia e Inovação esteve ontem na escola e entregou prémios a alunos.

O concurso "Rock in Rio Escola Solar" foi lançado pela organização do famoso festival de música e desafiou escolas de todo o país para que apresentassem projectos de cariz social, ambiental e sustentabilidade energética que pudessem ser exequíveis nas respectivas comunidades.

Responderam ao apelo 251 escolas, tendo sido premiadas 20, uma por cada distrito e região autónoma. Cada uma delas vai receber um sistema fotovoltaico e um sistema solar de produção de águas quentes sanitárias. A escola EB 2, 3 de Colares, em Sintra, foi a primeira a receber o equipamento.

"O que é interessante nisto tudo é fazer as coisas acontecer", afirmou, ontem, o secretário de Estado da Energia e Inovação, Carlos Zorrinho, perante dezenas de alunos no estabelecimento de Colares. "Temos que trabalhar todos juntos e somar os contributos", prosseguiu Carlos Zorrinho, frisando que "para termos sucesso temos que pensar globalmente e agir localmente".

O secretário de Estado entregou ainda dois cheques de 15 mil euros às duas escolas que apresentaram os melhores trabalhos do país: a Secundária de Arganil e a Escola Básica de Gavião, Portalegre. Os alunos de Arganil apresentaram um projecto em torno da agricultura biológica com um vasto rol de actividades. Os jovens de Gavião também se debruçaram na questão das hortas biológicas nas suas múltiplas vertentes.

Os 15 mil euros que cada escola vai receber devem ser aplicados na concretização dos referidos projectos.

⁺NOTA: respeita-se portanto a grafia original, anterior ao Novo Acordo Ortográfico



Carlos Zorrinho disse que iniciativas desta génese acabam por se revelar bastante positivas para a auto-estima dos jovens. "Os alunos sentem que são capazes de fazer coisas pela sua escola e a pensar na comunidade em que se inserem", sublinhou.

A vice-presidente executiva do "Rock In Rio", Roberta Medina (...) teceu, por seu turno, rasgados elogios à qualidade dos projectos recebidos."

ANÁLISE CRÍTICA

Parece-nos importante que este tipo de campanhas também surja por iniciativa de particulares e não somente através do sector público, pois as questões do ambiente são cada vez mais relevantes e obrigam a uma participação e envolvimento de toda a sociedade e sectores/grupos económicos.

A Educação Ambiental não deve passar somente pela sensibilização, mas pela participação ativa daqueles a quem se destina, para que estes, ao integrarem-se em projetos variados, possam aprender como colaborar e contribuir para benefício da sociedade e ambiente.

Os jovens são destinatários importantes, visto que crescendo consciencializados para este tipo de problemas irão, certamente, tê-los em consideração na sua vida futura e transmitir às gerações vindouras, bem como a outros jovens e aos próprios pais estes valores.

► **"Painéis solares térmicos terão benefício triplo para as famílias"**. Jornal Público, Economia, Eduardo Melo, 11 de fevereiro de 2009. Disponível em: http://economia.publico.pt/Noticia/paineis-solares-termicos-terao-beneficio-triplo-para-as-familias_1364794 (consultado em abril 2010)

"A instalação de painéis solares térmicos em habitações particulares vai ter um "triplo benefício" para as famílias já a partir do próximo mês, anunciou hoje o primeiro-ministro, no discurso inicial do debate quinzenal, no Parlamento, dedicado à economia.

Esta medida pretende incentivar a utilização de energias renováveis, para a qual o Governo irá dispor de cem milhões de euros dirigidos à comparticipação na compra dos equipamentos e a incentivos fiscais de 30 por cento do custo do investimento. A estes dois aspectos a favor do orçamento das famílias, José Sócrates juntou ainda a previsível redução de 20 por cento da factura energética anual de um agregado familiar.



Pelas contas do primeiro-ministro, o investimento conjunto, das famílias e do Estado, poderá atingir os 225 milhões de euros e beneficiar 65 mil lares, para além de vir a criar 2500 postos de trabalho no ramo dos painéis solares.

No entender de Sócrates, esta é uma medida inovadora e preferencial para responder à crise em que vivemos, que fomenta o investimento, reduz a dependência energética e cria emprego.” (...)

ANÁLISE CRÍTICA

Esta é uma notícia que, embora sendo do ano transato, não perde a atualidade. A forte aposta de José Sócrates nas energias renováveis é um traço característico do seu governo. Neste caso particular foi dada ênfase à energia solar para uso doméstico. O primeiro-ministro anunciou que o Estado iria apoiar e beneficiar as famílias portuguesas que investissem na instalação de painéis fotovoltaicos nas suas casas. Não há dúvida de que este foi um incentivo importante, tendo em conta que a compra e instalação deste tipo de equipamentos acarretam um custo inicial bastante superior ao que a maioria das famílias portuguesas pode suportar. Apesar disso, sabe-se – e como José Sócrates bem frisou – que os resultados a médio e longo prazo são muito positivos, e em alguns anos o investimento é totalmente pago e a sua instalação compensada na fatura energética dos agregados familiares (o primeiro-ministro dá conta de uma redução na ordem dos 20%).

Este é um bom exemplo em que Estado e famílias se unem para criar investimento num sector cada vez mais importante: as energias renováveis. Os benefícios são incontestavelmente garantidos para os particulares e sociedade em geral; e não somente em termos económicos, uma vez que este tipo de iniciativas tem repercussões diretas no futuro ambiental, contribuindo para uma pegada ecológica cada vez menor do nosso país.

Finalmente, parece-nos também importante realçar a tónica colocada na redução da dependência energética do nosso país, visto que esta é uma realidade que deve ser alterada. Portugal não é detentor das fontes energéticas mais usuais (petróleo e gás natural) e, como tal, tem necessidade de as importar. Não só por motivos de ordem ambiental, urge a necessidade de criar estruturas que aproveitem os recursos que possuímos – o vasto oceano, o vento, o sol presente ao longo de quase todo o ano, os rios – para criar energia e satisfazer as necessidades do país a este nível. Simultaneamente, reduzem-se os custos energéticos e contribui-se para um desenvolvimento sustentável.



► **Grupo de cidadãos cria associação “Verdegaia”.** Ambiente Online, 13 de abril de 2010. Disponível em:

<http://www.ambienteonline.pt/noticias/detalhes.php?id=9079> (consultado em abril de 2010)

“Um grupo de cidadãos de Gaia anunciou hoje a criação de uma associação que visa divulgar e defender o património cultural e ambiental do município.”

“A Verdegaia foi criada a 15 de Março e pretende «acompanhar a evolução do concelho, o seu património cultural e ambiental», afirmou à Lusa, Manuel Pontes, da comissão administrativa, sendo que a ideia é «tentar denunciar situações que estejam erradas, até eventualmente violadoras de leis, e elogiar aquilo que está bem feito».

A associação propõe-se identificar o património que, «por inércia dos homens, permanece incógnito e que urge, por isso, expor publicamente para ser transmitido condignamente às gerações futuras, bem como sensibilizar e alertar para o património ameaçado que importa defender». Manuel Pontes apontou, como exemplo, os casos da construção de uma urbanização a «cerca de 10 metros» da linha do caminho-de-ferro e a de «seis vivendas no terreno de um palacete» na freguesia de Gulpilhares, como «situações incorrectas».

ANÁLISE CRÍTICA

Cada vez mais se ouve falar de associações de cidadãos que visam a proteção ambiental no nosso país. Este é um facto que ilustra bem como deve ser o exercício da cidadania: uma atitude crítica e responsável perante o meio que nos rodeia. A democracia vingou não somente para que possamos escolher os nossos representantes, mas sobretudo para que tenhamos uma voz ativa em questões e problemáticas cruciais do nosso quotidiano.

A existência desta notícia, por si só, é uma evidência de como a sociedade portuguesa tem evoluído bastante nos últimos anos no sentido de uma maior consciencialização e sensibilidade para os problemas ambientais. Isto não é fruto do acaso, mas de uma educação ambiental permanente nas escolas, junto dos mais jovens, e através dos meios de comunicação e redes de informação, sem os quais não seria possível chegar tão facilmente e rapidamente a um maior número de pessoas. Neste sentido, também o papel dos órgãos administrativos locais tem sido importante, alertando e informando os cidadãos dos seus distritos, concelhos, freguesias...



No caso apresentado por esta notícia, que data de 13 de abril de 2010, os habitantes de Vila Nova de Gaia tomaram a iniciativa de se unir e associar com vista a acompanhar, denunciar, informar sobre situações em que o património ambiental (e também cultural) não esteja a ser respeitado e cuidado devidamente. Mas também se propõem mostrar o que de bom tem sido feito no concelho nesta área. Esta ação dos cidadãos é deveras interessante e encaixa-se perfeitamente naquilo que é a conceção de um "desenvolvimento sustentável", em que se prevê a intervenção e envolvimento da sociedade na concretização de um tipo de progresso que respeita o ambiente.

Pensamos que deveria ser dado a notícias como esta especial destaque e relevo pela comunicação social, para que sirvam como bom exemplo daquilo que pode ser feito por cada um de nós, individualmente e em conjunto, tendo em vista a melhoria das condições ambientais das localidades em que vivemos. Uma forma de pôr a educação ambiental em prática.

► **“Jardim Zoológico organiza Workshops infantis para assinalar o Dia Mundial da Terra”**. Portugal, ciencipt.net, 14 de abril de 2010. Disponível em: http://www.ciencipt.net/pt/index.php?option=com_content&task=view&id=100720&Itemid=177 (consultado em abril 2010)

“Para o Dia Mundial da Terra, a 22 de abril, o Jardim Zoológico preparou um conjunto de actividades especiais para os mais pequeninos. O Dia Mundial da Terra é muito importante para alertar e consciencializar toda a população para a importância da conservação das espécies em vias de extinção, de forma a atingir o equilíbrio da Biodiversidade.”

“Para assinalar este dia, o Jardim Zoológico vai ter Workshops Infantis (das 12h às 15h) em que as crianças vão identificar os vários problemas existentes no meio ambiente e como podem contribuir para os minimizar. Para além disso, estão preparadas algumas actividades para que os mais novos compreendam de que forma o desperdício de água é prejudicial para a estabilidade dos solos.”

ANÁLISE CRÍTICA

Na comemoração do Dia Mundial da Terra, o Zoo de Lisboa preparou actividades para os mais jovens com o propósito de os alertar para os problemas ambientais existentes atualmente a nível global, bem como quais as soluções possíveis para a resolução dos mesmos.



Mais uma vez consideramos que este tipo de iniciativas é essencial, já que, funcionando mais do que como mera campanha de sensibilização, consciencializa verdadeiramente as crianças, adultos do amanhã, para a importância da problemática ambiental. Bem como serve para as elucidar quanto às consequências que daí possam advir, caso a relativa inércia que se tem vindo a verificar por parte da maioria dos países permaneça. Alerta-os simultaneamente, podemos perceber, para o facto de ser o seu próprio futuro a estar em risco, na eminência de não serem tomadas severas medidas para contrariar essa situação – medidas essas para as quais podem as próprias crianças contribuir.